

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA- RS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP inscrita no CNPJ 85.247.385/0001-49, estabelecido na Rua Uruguai 1538 E, Bairro Maria Goretti CEP 898801147, Chapecó/SC, vem, por sua procuradora infra-firmada, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na lei 10520 e na aplicação da lei 8666/93, vem propor, administrativamente, a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos motivos a seguir expostos:

Dos Fatos

Inicialmente, cumpre-nos destacar que disposições contidas em edital licitatório constituem um conjunto de regras e procedimentos administrativos, que amparados pelo princípio da legalidade, contém disposições previamente definidas pela Administração, objetivando a realização da melhor contratação possível.

Cabe ainda ressaltar que a licitação consiste em um procedimento vinculado, com trâmite e acesso públicos, com suas proposições definidas criteriosamente em lei, pelo qual não se permite aos agentes administrativos à adoção de critérios subjetivos e não direcionados à perfeita consecução dos fins almejados pela Administração Pública, vinculada precisamente aos princípios constitucionais de direito público, nos termos do art. 37 da CRFB/88.

Cuida a presente impugnação de submeter à análise desta Nobre Comissão, questão relacionada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Ocorre que a licitação em referência tem por objeto a aquisição de medicamentos, sendo que em tal segmento as marcas tradicionais que oferecem os mesmos no mercado, em sua maioria, não são ME/EPP.

Dessa maneira, há restrição à participação de fabricantes, de distribuidores e de empresas do ramo, prevalecendo-se as ME/EPP que, sendo revendedoras de produtos diversos, adquirem os mesmos agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade.

Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver frustrado o certame por não conseguir comprar medicamentos de qualidade pelo preço estimado de referência.

Dos Fundamentos Jurídicos

Inobstante ao acima exposto ainda pondera-se que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei Complementar n. 123/2006, e 147/2014, não é absoluta, conforme expressa os artigos abaixo citados:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e

simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014);

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014);

Infere-se que o artigo 48 não é autoaplicável, uma vez que os benefícios nele previstos estão condicionados ao atendimento de, pelo menos, um dos requisitos estabelecidos no artigo 47.

Logo, esta exclusividade não é absoluta devendo estar atenta a certas condições, senão vejamos o disposto no artigo 49 da mesma lei.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

As expressões em negrito demonstram que para a promoção da licitação exclusiva para EPP e ME é indispensável a existência de, no mínimo, três licitantes, capazes de cumprir todos os requisitos de habilitação previstos no edital e ainda que o tratamento diferenciado seja vantajoso para a administração pública.

Ora é impossível de se verificar, somente com a publicação do edital, esta viabilidade e ou vantajosidade.

Ou seja, a publicação do edital não pode a administração pública assegurar que o número mínimo e qualificado de licitantes se apresentará, tampouco há meios de certeza quanto à vantajosidade ou ausência de prejuízo antes mesmos de receber as propostas e avaliar seu conteúdo.

Nessa esteira, é passível desencadear o entendimento quanto à flexibilização da limitação oraimposta, tendo como respaldo o Decreto n. 6.204/2007, conforme artigos transcritos abaixo:

"Art. 6º Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

"Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando ocorrerem as situações previstas no art. 9º, devidamente justificadas". (destaque nosso).

Em sequência, o art. 9º. dita:

"Art. 9º Não se aplica o disposto nos arts. 6º ao 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado".

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPPnas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração" conforme é vislumbrado no artigo 3º. da Lei n. 8.666/93.

A avaliação da Administração Pública, acerca da presença dos requisitos supramencionados, ocorrerá, na prática, quando os licitantes interessados se apresentarem no certame. Só nessa oportunidade, portanto, será possível constatar a satisfação das exigências legais justificadoras do excepcional tratamento privilegiado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Não há óbice de prever a possibilidade de tratamento diferenciado às microempresas e EPP's nos termos da legislação, mas não pode restringir a participação tão somente a estas antes de avaliar se os requisitos legais para este privilégio estão presentes.

Neste sentido, para que o certame se torne produtivo em várias tangentes, necessário que esteja abarcado pelos princípios da economicidade e eficiência.

Destarte, o artigo 5º do Decreto n. 6.204/2007 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: "Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte".

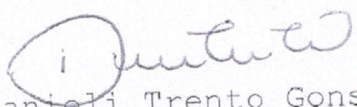
Do requerimento

Diante do exposto, solicitamos, respeitosamente, que o Edital seja alterado, excluindo-se a exclusividade para as ME/EPP, para haver participação de maior número de licitantes, e, consequentemente, a possibilidade de adquirir os medicamentos de melhor qualidade e com menor preço."

A fim de possibilitar a participação de maior número de empresas e garantir a competitividade e razoabilidade, faz-se necessária a exclusão da exigência em relação à participação exclusiva de microempresas de pequeno porte, cabendo à administração a prerrogativa de inserir cláusula específica de que o tratamento diferenciado e excepcional ocorrerá só e desde que haja o cumprimento de todos os requisitos da LC 123/06.

Apreciada a presente impugnação, requer seja a resposta enviada, dentro do prazo legal, para o e-mail constante no rodapé da exordial.

Chapecó 03 de fevereiro de 2015.


Danieli Trento Gonsales
OAB/SC 23.868.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 85.247.385/0001-49, estabelecido na Rua Uruguai, 1538-e, Bairro Maria Goretti, CEP: 89.801447, Chapecó/SC, neste ato representado por seu sócio-administrativo **Christiano Altair Mattana Giordani**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF n.º 076.332.029-39.

OUTORGADA: DANIELI TRENTO, brasileira, advogada inscrita na OAB/SC sob n.º 23.868 e **FERNANDA CAMILA ULKOWSKI**, advogada inscrita na OAB/SC 36.949, ambas com escritório profissional na Rua Quintino Bocaiúva 650 D, Bairro Jardim Itália, Sala 01, Chapecó/SC.

PODERES E FINALIDADE:

Poderes para o foro em geral, inclusive os das cláusulas “*ad judicium*”, “*ex extra*”, podendo sua procuradora, promover esta defesa no foro, instância ou tribunal, receber citações e intimações referente a ação, propor defesa, contestar, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que versa a ação, reconhecer a procedência do pedido, fazer acordo, firmar compromisso, receber e dar quitação, **tudo isso referente a esta ação e conexas ao objeto principal**. Usar recursos legais, praticar, enfim, os atos tendentes ao integral cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer com reserva de poderes.

Poderes específicos para realizar impugnação ao edital de Licitação da Prefeitura de Vacaria - RS.

Chapecó/SC, 03 de Fevereiro de 2015

Christiano A. M. Giordani

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI ID:

3927811 SSP-SC/ CEPF: 076.332.029-39

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

CNPJ 85.247.385/0001-49

12ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

Por este instrumento particular de Alteração Contratual, as partes contratantes a seguir individualizadas:

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI - CPF- 076.332.029-39, brasileiro, solteiro, natural de Chapecó-SC, nascido aos 17/10/1990, comerciante, portador da Cédula de Identidade sob o nº3.927.811 expedida pela SSP-SC em 30/01/2008, residente e domiciliado Rua Rui Barbosa, 516D, Bairro Santa Maria CEP: 89.812-130 - Chapecó - SC.

MARIA BERNARDETE ROMAN TRES - CPF- 411.350.590-04, brasileira, natural de Barão de Cotegipe-RS, casada pelo regime de comunhão universal de bens, comerciante, portadora do RG. Nº 5.838.323/SSP - SC, residente e domiciliada na Rua das Flores, 130 D, apto 01, Bairro Maria Goretti, Chapecó - SC, CEP- 89.801-431.

Únicos sócios componentes da sociedade PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Cidade de Chapecó - SC, sito à Rua Uruguai, 1538E, Bairro Maria Goretti, CEP- 89.801-447, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.85.247.385/0001-49, com seu contrato social e alterações todos registrados/arquivados sob nº. 42201523901, na MM Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

RESOLVEM: Todos de comum e perfeito acordo, alterar seu Contrato Social e posteriores alterações, visto haver admissão da sócia **CHRISTINE MATTANA GIORDANI**, a retirada da sócia **MARIA BERNARDETE ROMAN TRES**, a alteração da administração, e a consolidação do contrato, o que fazem conforme cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª- Da admissão da sócia, **CHRISTINE MATTANA GIORDANI** - CPF- 054.558.789-13, brasileira, solteira, natural de Chapecó-SC, nascida em 15/11/1986, comerciante, portadora da Cédula de Identidade sob o nº3.927.810/SSP-SC, residente e domiciliada na rua Rui Barbosa, 516D, Bairro Santa Maria CEP: 89.812-130 - Chapecó - SC.

Cláusula 2ª- Retira-se da sociedade a sócia **Maria Bernardete Roman Tres** que, vende e transfere a totalidade de suas 151.500 (cento e cinquenta e uma mil e quinhentas) quotas, sendo 101.000 (cento e uma mil) quotas no valor de R\$1,00(um real) cada uma para o sócio **Christiano Altair Mattana Giordani**, no importe de R\$101.000,00(cento e um mil reais), vende mais 50.500(cinquenta mil e quinhentas) quotas para sócia **Christine Mattana Giordani** no valor de R\$1,00(um real) cada

real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e fica assim distribuído:

Sócio	Capital	Quotas	%
Christiano Altair Mattana Giordani	454.500,00	454.000	90%
Christine Mattana Giordani	50.500,00	50.500	10%
Total	505.000,00	505.000	100%

Parágrafo Único: as quotas são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada cota e cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Cláusula 8ª- A sociedade é administrada pelos sócios administradores, Christine Mattana Giordani e Christiano Altair Mattana Giordani, que assinam isoladamente, e aos quais cabe a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, a administradora assina isoladamente, a emissão de cheques, duplicatas, bem como seus endossos, ou qualquer outro tipo de documento que implique responsabilidade da sociedade, ficando expressamente proibido o seu uso em negócios estranhos ao interesse da empresa.

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: fica vedado aos administradores usar o nome da firma para fins estranhos ao objeto social, ou seja, abonar, endossar, dar cartas de fiança, avalizar ou qualquer outro tipo de documentos que implique responsabilidade para a sociedade, ficando o sócio, desde já, se tais atos praticar, responsabilizado individualmente pelos mesmos.

Parágrafo Terceiro: Fica facultado ao administrador, nomear procurador, devendo o instrumento mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquela para fins judiciais, conter um período de validade.

Cláusula 9ª- Os sócios administradores; Christine Mattana Giordani e Christiano Altair Mattana Giordani, declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos, por Lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

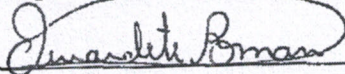
Cláusula 10ª- As deliberações relativas a aprovação das contas dos administradores, aumento/redução de capital, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

000000

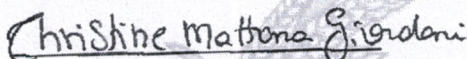
Cláusula 17ª- Fica eleito o foro da comarca de Chapecó - SC, para as questões oriundas do presente contrato.

Cláusula 18- E, por estarem assim justos e contratados, obrigam-se a cumprir fielmente por si e seus herdeiros, assinando o presente instrumento de alteração contratual em 03 (três) vias de igual forma e teor.

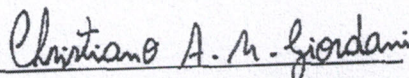
Chapecó - SC, 03 setembro de 2013.



Maria Bernardete Roman Três



Christine Mattana Giordani

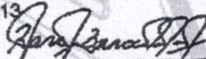


Christiano Altair Mattana Giordani



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/09/2013 SOB Nº: 20132273454
Protocolo: 13/227345-4, DE 06/09/2013

Empresa: 42 2 0152390 1
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA EPP -



BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

ESTADO DE

STA. CATARINA

INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 20, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial, bem como do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 8º, inciso VI, do Anexo I, do Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, e

Considerando as disposições contidas no art. 30 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 e nos arts. 78, inciso III e 84 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e a necessidade de uniformizar e racionalizar os procedimentos de expedição de certidões pelas Juntas Comerciais e de consulta a documentos arquivados, bem como de adequá-las às disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e das Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM de nº 16, de 17 de dezembro de 2009; e

Considerando que o processo de registro, alteração, baixa e legalização do MEI observará as disposições da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º As modalidades de certidões a serem expedidas pelas Juntas Comerciais são:

I - Simplificada;

II - Específica;

III - Inteiro Teor.

Art. 2º A Certidão Simplificada constitui-se de extrato de informações atualizadas, constantes de atos arquivados e/ou de arquivos eletrônicos, conforme modelos anexos a presente Instrução Normativa, abaixo especificados:

I - empresário e suas filiais;

c) transferência de sede para outra unidade da federação.

§ 3º No caso da alínea "b", a certidão deverá conter, respectivamente, o endereço ou novo endereço da dependência e, no caso da alínea "c", o novo endereço da sede.

§ 4º Para a prática dos atos citados na alínea "b" do § 2º, exceto no caso de abertura de primeira filial, em que deverá ser apresentada a certidão simplificada, são instrumentos hábeis, também, uma via autenticada pela Junta Comercial do ato arquivado que contenha a deliberação de abertura, alteração ou transferência de filial, Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada em cartório daquele documento.

Art. 3º A Certidão Específica constitui-se de relato dos elementos constantes de atos arquivados que o requerente pretende ver certificados.

§ 1º Na certidão deverão ser certificadas as informações constantes do pedido, seguidas das referências aos respectivos atos, números e datas de arquivamento na Junta Comercial.

§ 2º Havendo alterações posteriores de qualquer dos dados especificados na certidão específica, esses dados devem ser, também, certificados na própria certidão, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º Cada certidão específica conterá até três informações solicitadas pelo requerente.

Art. 4º A certidão de inteiro teor constitui-se de cópia reprográfica, certificada, de ato arquivado.

§ 1º A certificação será lavrada na última folha do documento, mencionando o número e a data de arquivamento do respectivo original na Junta Comercial, bem como a natureza, respectivos números e datas dos atos subsequentes arquivados, devendo ser assinada pelo Secretário-Geral, que também rubricará todas as demais folhas.

§ 2º A certificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita mediante chancela mecânica ou outro processo tecnológico que assegure a autenticidade do documento.

Art. 5º Não cabe à Junta Comercial que arquivar atos de filial, com sede em outra unidade da federação, expedir certidões de dados da respectiva sede, que constem de seus arquivos.

Art. 6º As certidões simplificada e específica poderão ser datilografadas ou impressas por qualquer outro meio, preferencialmente em papel de uso exclusivo para a finalidade, com fundo pré-impresso com logotipo ou dizeres de personalização.

Art. 7º As certidões mencionadas nesta Instrução Normativa serão expedidas mediante requerimento do interessado, sem necessidade de alegar interesse ou motivo, acompanhado do respectivo comprovante de pagamento do serviço.

Art. 8º O requerimento deverá indicar o tipo de certidão a ser expedida.

§ 1º Quando o tipo requerido for certidão Específica, o interessado deverá indicar, expressamente, o dado ou dados a serem certificados.

II - filiais de empresário com sede em outra unidade da federação;

III - sociedades empresárias, exceto as anônimas, e suas filiais;

IV - sociedade anônima e cooperativa, inclusive filiais;

V - filiais de sociedades empresárias, empresa individual de responsabilidade limitada - Eireli, consórcio e cooperativa com sede em outra unidade da federação;

VI - consórcio;

VII - grupo de empresas;

VIII - empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli e suas filiais.

§ 1º Nos modelos anexos, observar-se á o seguinte:

a) quando não houver informação a constar do campo do formulário, preencher com "XXXXXX";

b) no campo "Status" deverão ser informados, quando existentes, os seguintes tipos: com anotação judicial, com anotação extrajudicial, paralisada temporariamente, em concordata, com falência declarada, sob intervenção, em liquidação, em liquidação extrajudicial;

c) no campo destinado à identificação do Empresário, os dados referentes a "identidade, estado civil e regime de bens" passarão a constar da certidão após o arquivamento de ato de adequação à Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002;

d) o campo "Observações" destina-se à complementação de informações consideradas relevantes pela Junta Comercial em relação aos dados dela constantes, bem como aos registros cadastrais efetuados como "anotações judiciais" e "anotações extrajudiciais";

e) quando necessária a continuação em folha(s) adicional(ais), na primeira folha deverão ser incluídos, além dos dados constantes do respectivo modelo, o número da folha, observado o critério (1/X) e o termo "continua" (no rodapé) e, da(s) folha(s) seguintes deverão constar: o cabeçalho, o título "Certidão Simplificada", o número sequencial da folha (ex.: 3/5), o termo "continuação", o texto da certificação, o campo destinado ao nome empresarial, que será seguido do respectivo NIRE, e natureza jurídica, o título do campo cujas informações tiverem continuidade da folha anterior e os demais campos, informações e certificação.

§ 2º A Certidão Simplificada é instrumento hábil para a prática dos seguintes atos nas Juntas Comerciais:

a) proteção ao nome empresarial em outra unidade da federação;

b) abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais (inclusive agências, sucursais e outros) em unidade da federação diversa daquela em que esteja situada a sede da empresa;

§ 2º Quando o tipo requerido for certidão de inteiro teor, o interessado deverá indicar o ato ou atos a serem certificados.

§ 3º Quando o tipo requerido for de Certidão Simplificada, o interessado deverá indicar o requerimento se deseja que dela conste o objeto ou o objeto social, conforme o caso.

Art. 9º A Certidão deverá ser entregue no prazo de até quatro dias úteis da protocolização e pedido na sede da Junta Comercial e, no prazo de oito dias úteis, se em protocolo descentralizado.

Parágrafo único. Em caso de recusa ou demora na expedição da certidão, o requerente poderá reclamar à autoridade competente, que deverá providenciar, com presteza, sua expedição.

Art. 10. A Junta Comercial não atestará comprovação de exclusividade, a que se refere inciso I, do art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, limitando-se, tão somente, à expedição de certidão de inteiro teor do ato arquivado, devendo constar da certificação que os termos do ato são exclusiva responsabilidade da empresa a que se refere.

Art. 11. A Certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedade mercantil, expedida pela Junta Comercial em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou aumento do capital social.

Art. 12. As Juntas Comerciais, mediante autorização prévia do Departamento de Registro Empresarial e Integração, poderão expedir as modalidades de certidão contidas no artigo 1º de forma digital, disponibilizando-as nos respectivos sítios na internet, por meio do uso de certificação digital, emitida por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 13. No caso do empresário individual enquadrado na condição de Microempreendedor Individual - MEI, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, emitido por meio do Portal do Empreendedor (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>), é o documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento perante terceiros.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogada a Instrução Normativa DNRC nº 123, de 20 de dezembro de 2012.

VINICIUS BAUDOUIN MAZZA

Publicada no D.O.U., de 6/12/2013.

MODELO DE CERTIDÃO SIMPLIFICADA PARA FILIAIS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA, EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CONSÓRCIO E COOPERATIVA COM SEDE EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Secretaria de XXXXXXXXXX
JUNTA COMERCIAL DO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial:			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE:			
Natureza Jurídica:			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação:			
1 - NIRE	CNPJ:	Endereço Completo (Logradouro, nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)	
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação das filiais (ativa)
Observações: (Os textos dos registros cadastrais efetuados como Anotação Judicial ou Extrajudicial devem ser lançados neste campo)			
Número do protocolo:	Local, Data	Informação opcional: Eu, (carimbo com o nome e matrícula) Conferi e assino.	
Número do protocolo em código de barras			

Assinatura
NOME DO SECRETÁRIO-GERAL

MODELO DE CERTIDÃO SIMPLIFICADA PARA CONSÓRCIO

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Secretaria de XXXXXXXXXX
JUNTA COMERCIAL DO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Designação:			
Natureza Jurídica:	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)			
Endereço Completo (Logradouro, nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)			
Objeto			
Prazo de Duração (indeterminado ou data, se determinado)			
Consortiadas/Condição/ Nome/NIRE/CNPJ (Nome)		Condição: (empresa líder ou consorciada)	
NIRE:	CNPJ:		
(Nome)	CNPJ:		
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação (ex.: ativa, extinta, etc.)
Data			
Observações: (Os textos dos registros cadastrais efetuados como Anotação Judicial ou Extrajudicial devem ser lançados neste campo)			
Número do protocolo:	Local, Data	Informação opcional: Eu, (carimbo com o nome e matrícula) Conferi e assino.	
Número do protocolo em código de barras			

Assinatura
NOME DO SECRETÁRIO-GERAL

MODELO DE CERTIDÃO SIMPLIFICADA PARA GRUPO DE SOCIEDADES

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Secretaria de XXXXXXXXXX
JUNTA COMERCIAL DO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Designação:			
Natureza Jurídica:	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)			
Endereço Completo da Sociedade de Comando (Logradouro, nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)			
Prazo de Duração (indeterminado ou data, se determinado)			
Sociedades Participantes/Condição/ Nome/NIRE/CNPJ (Nome)		Condição: (sociedade de comando ou filiada)	
NIRE:	CNPJ:		
(Nome)			
NIRE:	CNPJ:		
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação (ex.: ativa, extinta, etc.)
Data			
Observações: (Os textos dos registros cadastrais efetuados como Anotação Judicial ou Extrajudicial devem ser lançados neste campo)			
Número do protocolo:	Local, Data	Informação opcional: Eu, (carimbo com o nome e matrícula) Conferi e assino.	
Número do protocolo em código de barras			

Assinatura
NOME DO SECRETÁRIO-GERAL

MODELO DE CERTIDÃO SIMPLIFICADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E SUAS FILIAIS

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Secretaria de XXXXXXXXXX
JUNTA COMERCIAL DO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial:			
Natureza Jurídica:	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)			
Endereço Completo (Logradouro, nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)			
Objeto			
Capital R\$	(Capital, por extenso)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) (ME, EPP, Não)	Prazo de Duração (indeterminado ou data, se determinado)
Capital Integralizado R\$	(Capital Integralizado, por extenso)		
Titular (Quando Pessoa Física) Nome/CPF (Nome) (CPF)	Administrador	Início do Mandato	Término do Mandato
	(Sim/Não)		
Administrador Nomeado/Início do Mandato/Término do Mandato	Início do Mandato	Término do Mandato	
Nome/CPF (Nome) (CPF)			
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação (ex.: ativa, extinta, etc.)
Data			Status (conf. art. 2º, § 1º, b)
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE:	CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP, quando no País) (dado pertinentes e país, quando no exterior)			
Observações: (Os textos dos registros cadastrais efetuados como Anotação Judicial ou Extrajudicial devem ser lançados neste campo)			
Número do protocolo:	Local, Data	Informação opcional: Eu, (carimbo com o nome e matrícula) conferi e assino.	
Número do protocolo em código de barras			

Assinatura
NOME DO SECRETÁRIO-GERAL

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EPP**

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Sociedade **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 27/01/1992, NIRE: 42.2.0152390-1, CNPJ: 85.247.385/0001-49, estabelecida na RUA URUGUAI, 1538E, SANTA MARIA, CHAPECO, SC, CEP: 89.801-447, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se desenquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 318 Descrição do Ato: DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CHAPECO SC - SC, 08 de Agosto de 2014

Christiano Altair Mattana Giordani

Sócio: CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI

Christine Mattana Giordani

Sócio: CHRISTINE MATTANA GIORDANI

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM / /

Etiqueta de registro



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/08/2014 SOB Nº: 20142397598
Protocolo: 14/239759-8, DE 14/08/2014

Empresa: 42 2 0152390 1
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA

Blasco Borges Barcellos
BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 21/08/2014
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado